



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

Processo nº. 0001799-10.2022.4.04.8003

PREGÃO ELETRÔNICO 025/22

PREÂMBULO

A **JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU NO PARANÁ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ** (Código UASG 90018), torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar o **PREGÃO ELETRÔNICO n.º 025/22**, sob regime de fornecimento, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, adjudicação por item/lote, cujo objeto é a **aquisição imediata de medicamentos, materiais e equipamentos para utilização no consultório odontológico e no ambulatório médico da Seção de Saúde da Justiça Federal do Paraná.**

No **dia 19 de agosto de 2022, às 11 horas**, em sua sede localizada na Avenida Anita Garibaldi, 888, Cabral, Curitiba/PR, será realizada sessão pública *on-line* por meio do site www.gov.br/compras.

Esta licitação será regida pela Lei n.º 10.520/2002, Decreto n.º 3.555/2000, com alterações introduzidas pelo Decreto n.º 3.693/2000, Decreto n.º 10.024/2019, e subsidiariamente, pelas Leis n.º 8.666/1993 e 8.078/1990 com suas respectivas alterações, pela Lei Complementar nº 123/2006 e pelo Decreto nº 8.538/2015. Além dessa legislação específica, aplicam-se quaisquer outras vigentes e pertinentes à matéria, bem como as regras e condições estabelecidas neste Edital.

I - OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **aquisição imediata de medicamentos, materiais e equipamentos para utilização no consultório odontológico e no ambulatório médico da Seção de Saúde da Justiça Federal do Paraná.**

1.1.1 A licitação será dividida em itens, conforme constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.2. As especificações técnicas referentes ao objeto constam do Anexo I – Termo de Referência – deste Edital.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASNET e as especificações técnicas constantes deste Edital, prevalecerão estas.

1.4. Mesmo em caso de expressa contradição entre as especificações acima citadas, não se alegará indução ao erro, devendo o licitante se atentar unicamente às descrições do objeto contidas neste Edital.

1.5. As partes integrantes deste Edital, que contêm as informações que fundamentam a necessidade da aquisição pela Justiça Federal, detalham a operacionalização da contratação e que dispõem sobre as obrigações originárias desta licitação, são as seguintes:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Condições de Entrega, Pagamento e Garantia

ANEXO III-A - Modelo de Proposta Comercial - lotes 1 a 6 (documento .xls apartado)

ANEXO III-B - Modelo de Proposta Comercial - lote 7 (documento .xls apartado)

ANEXO IV-A - Estimativa de Custos - lotes 1 a 6 (documento .xls apartado)

ANEXO IV-B - Estimativa de Custos - lote 7 (documento .xls apartado)



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

II - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Esta licitação é destinada exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto no artigo 48 inciso I da Lei Complementar 123/2006.

2.2. Esta licitação sob a modalidade “Pregão Eletrônico” será realizada em sessão pública *on-line*, conforme condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo;

2.3. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente definidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2.4. Para participação neste PREGÃO ELETRÔNICO, as empresas, além de disporem, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e operação do sistema eletrônico, deverão:

2.4.1 Atender a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências;

2.4.2 Estar cientes das restrições à participação, direta ou indireta, na licitação e na execução de seu objeto, dispostas no artigo 9º da Lei 8.666/93.

2.4.3 Estar devidamente credenciadas no sistema COMPRASNET do Governo Federal, para acesso ao sistema eletrônico por meio do site www.gov.br/compras;

2.4.4 Possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito para fins de habilitação.

2.5. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, a interessada deverá declarar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital, que deverá ser enviada no momento do cadastramento da proposta no site www.gov.br/compras, nos termos sugeridos a seguir: *“(NOME DA EMPRESA), CNPJ/MF, sediada em (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências do Pregão Eletrônico nº 025/22, nos termos do artigo 4.º, inc. VII da Lei 10.520/02 e o § 4º do artigo 26 do Decreto 10.024/2019”*.

2.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta de preços sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital, no Decreto 10.024/2019, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, dentre outros efeitos legais.

2.7. Não poderão participar desta licitação os interessados que estejam sob falência, concurso de credores, insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, ou proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

2.7.1 A participação de empresas que possuam certidão positiva de recuperação judicial está condicionada à apresentação, na fase de habilitação, de comprovação de que o pedido de recuperação judicial já foi aprovado e homologado judicialmente, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/05.

2.7.2 Entidades empresariais controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, não poderão concorrer para o mesmo item/grupo/lote, não havendo restrição caso participem da mesma licitação, porém para item, grupo ou lote distintos.

2.8. Nos termos da Resolução nº 7/2005 do CNJ, é vedada a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

2.8.1 A vedação de que trata o item anterior estende-se às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

III - CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá credenciar-se no sistema “Pregão Eletrônico”, no site www.gov.br/compras, observado o seguinte:

3.1.1 O credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

3.1.2 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso;

3.1.3 O credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

IV - ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Divulgado o Edital no site www.gov.br/compras, os interessados em participar desta licitação deverão acessar neste site, mediante utilização de chave de acesso e senha privativa de licitante, o sistema “Pregão Eletrônico”, encaminhando, exclusivamente por meio eletrônico, os documentos de habilitação exigidos no edital e sua proposta comercial, da qual deverá constar obrigatoriamente a descrição do objeto ofertado, especificando a marca e o modelo do item sobre o qual se baseou a cotação.

4.2. Para os lotes que compõem esta licitação, deverão ser cadastrados os seguintes valores:

Valor Unitário: Valor Total para o lote

Quantidade: 1

Unidade: Global

Valor Global: Valor Total para o lote

4.3. Por ocasião do envio da proposta, a licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.

4.4. Até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

4.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.6. Fazem parte da proposta comercial todos e quaisquer documentos comprobatórios solicitados no Anexo I - Termo de Referência, sendo que estes também deverão ser incluídos no sistema quando do cadastramento da proposta.

V - ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública *on-line* via internet, no site www.gov.br/compras, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

5.2. Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não apresentarem conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.4. As propostas de preços contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

5.5. A partir da abertura da sessão pública *on-line* até o encerramento da fase de lances, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes somente poderá ocorrer via sistema eletrônico, mediante a utilização de campo próprio para a troca de mensagens (chat), vedada qualquer identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

5.6. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida por meio do sistema eletrônico ou de sua desconexão.

5.7. O sistema eletrônico ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

VI - FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, momento em que as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2. A licitante será imediatamente informada pelo sistema do recebimento do seu lance e do respectivo valor consignado no registro.

6.3. Na formulação de lances deverão ser observados os seguintes aspectos:

6.3.1 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

6.3.2 O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **1% (um por cento)**.

6.3.3 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.3.4 A licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema eletrônico;

6.3.5 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

6.4. Durante a sessão pública do pregão eletrônico, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, vedada a identificação de quem o ofereceu.

6.5. No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5.1 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.5.2 Este prazo poderá ser acrescido em função das condicionantes do próprio sistema COMPRASNET.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

Modo de disputa - Aberto

6.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.7. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.8. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.9. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.10. Encerrada a fase competitiva sem prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio e mediante justificativa, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.10.1 Quando houver somente propostas iniciais, sem lances, e havendo empate após a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação do critério de desempate previsto no §2º do art. 3º da Lei 8.666/1993, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

6.11. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.12. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

VII - APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

7.1.1 Poderão ser exigidas amostras dos produtos, das licitantes cujas propostas foram classificadas em primeiro lugar, para fins de avaliação e análise de sua consonância com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência. As amostras, se solicitadas, deverão ser entregues diretamente ao Pregoeiro ou Equipe de Apoio, de segunda a sexta-feira, das 13 às 18h, no prazo de até 03 (três) dias úteis após a convocação do Pregoeiro.

7.1.2 As amostras, em plena validade, deverão ser entregues identificadas com etiquetas autocolantes, constando o nome da empresa, o número do item e o número da licitação a que se referem;

7.1.3 Recebidas as amostras, o Pregoeiro, com auxílio técnico do Setor requisitante, fará a análise dos produtos, verificando a sua compatibilidade com o Anexo I e as propostas comerciais;

7.1.4 Caso as amostras não sejam compatíveis com o objeto da licitação, serão convocadas as empresas subsequentes, na ordem de classificação, para que apresentem amostras em até 03 (três) dias úteis após sua convocação, sem prejuízo das sanções legais pertinentes ao licitante desclassificado por incompatibilidade do produto ofertado com as especificações do edital;

7.1.5 As amostras aceitas ficarão sob a guarda da Seção requisitante para aferição com os produtos entregues, ficando à disposição para retirada, mediante requerimento oral ou por escrito após o término das obrigações adquiridas em função da presente licitação, por um período de 30 (trinta) dias, após o qual, a administração lhes dará o destino que melhor lhe convier.

7.1.6 As amostras não compatíveis ficarão à disposição para retirada na Seção requisitante após a homologação do processo licitatório, por um período de 30 (trinta) dias, após o qual, serão descartadas.

7.1.7 A Justiça Federal não se responsabilizará por qualquer dano causado aos materiais das



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

amostras, exceto por imprudência, imperícia ou negligência de seus agentes, durante o período de análise ou por eventual demora no recolhimento dos mesmos.

7.1.8 A não apresentação de amostras, caso exigidas pelo Pregoeiro, dentro do prazo estipulado, implica na automática desclassificação da licitante.

VIII - ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

8.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, a licitante deverá anexar proposta comercial (planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado) por meio do sistema;

8.1.1 Será estabelecido no "chat" prazo não inferior a 2 (duas) horas para envio da proposta e documentos complementares - caso necessários à confirmação daqueles previamente anexados ao sistema - sob pena de não aceitação;

8.1.2 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro;

8.2. A licitante que abandona o certame, deixando de enviar documentação solicitada pelo pregoeiro, no prazo por ele estipulado, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.3. No julgamento das propostas, serão analisados o atendimento das exigências estipuladas neste Edital e seus Anexos, o menor preço, o valor de mercado e a exequibilidade dos valores ofertados.

8.3.1 Os valores constantes da proposta não poderão ser superiores aos seguintes valores:

LOTES	MATERIAIS E EQUIPAMENTOS	VALOR
01	MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO	R\$ 4.349,64
02	MATERIAL PARA DESFIBRILADOR	R\$ 1.648,74
03	EPI E MATERIAL PARA DESINFECÇÃO, ANTISSEPSIA E ESTERILIZAÇÃO	R\$ 1.478,88
04	MATERIAL PARA DENTÍSTICA	R\$ 2.998,49
05	MATERIAL PARA AMBULATÓRIO MÉDICO	R\$ 684,99
06	FILTRO PARA PURIFICADOR DE AR	R\$ 3.661,44
	Total para materiais e equipamentos	R\$ 14.822,18
LOTES	MEDICAMENTOS	VALOR
07	MEDICAMENTOS INJETÁVEIS E NUTRIÇÃO PARENTERAL	R\$ 393,58
	Total para medicamentos	R\$ 393,58
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO		R\$ 15.215,76

8.3.2 O detalhamento dos valores estimados para cada subitem que compõe os lotes desta licitação encontra-se no Anexo IV deste Edital (Anexos IV-A e IV-B).

8.3.3 Os valores após a segunda casa decimal serão desconsiderados para fins de arredondamento da proposta, inclusive em relação aos valores unitários que integram o valor global da proposta, se o caso.

8.4. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, manutenção da garantia, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.

8.4.1 Quaisquer despesas, tributos, custos, diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo contemplados pleitos de acréscimos a qualquer título, devendo o objeto ser executado sem ônus adicionais.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

8.5. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da licitação (caso a proposta se omita, presumir-se-á a validade expressa neste edital).

8.6. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar que apresente sua proposta com irregularidades na planilha poderá, após diligência, ajustar os valores no prazo estabelecido, desde que não altere o valor total da proposta.

8.6.1 O não atendimento da diligência no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo caracterizam hipótese de desclassificação da proposta.

8.7. A proposta comercial deverá conter os seguintes documentos:

8.7.1 Formulário de Proposta de Preços contendo, no mínimo, os elementos consignados no Anexo III – Modelo de Proposta Comercial, obedecendo às seguintes condições:

8.7.1.1 Prazo de entrega não superior ao estabelecido no item 2.1 do Anexo I – Termo de Referência (caso a proposta se omita, presumir-se-á o prazo expresso neste edital).

8.7.1.2 A razão social completa da licitante e o CNPJ deverão ser os mesmos da nota fiscal apresentada por ocasião do pagamento, caso seja vencedora do certame (matriz e filial).

8.7.1.3 A licitante poderá preencher e assinar o Anexo III - Modelo de Proposta Comercial, que passará a funcionar como formulário da proposta, gerando a presunção de que a mesma cotou aceitando as quantidades, especificações e demais condições exigidas neste edital.

8.8. Caberá ao pregoeiro, se entender necessário, efetuar diligências no sentido de verificar a veracidade ou complementar as informações prestadas, podendo solicitar o envio de certificados, folders, encartes e/ou manual, todos em português, antes de se manifestar sobre sua aceitação.

8.9. Havendo necessidade e mediante decisão fundamentada e registrada em ata, o Pregoeiro suspenderá a sessão pública para a realização de diligências com vistas ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, sendo que a sessão somente poderá ser reiniciada mediante aviso disponibilizado no sistema com antecedência mínima 24 (vinte e quatro) horas.

8.10. A critério do pregoeiro, a licitante poderá ser convocada novamente para anexar a proposta por meio do sistema nas fases de habilitação e adjudicação.

8.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.12. O Pregoeiro verificará, de imediato, as condições de habilitação da licitante detentora da melhor oferta.

IX - HABILITAÇÃO

9.1. Para habilitar-se neste pregão eletrônico, a licitante deverá possuir registro cadastral atualizado no SICAF, que será confirmado por consulta durante a sessão. Será analisada a regularidade dos seguintes documentos:

9.1.1 Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abrange também a Certidão Negativa de Débito - INSS (conforme Portaria nº 358/MF de 5 de setembro de 2014).

9.1.2 Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

9.1.3 Certidão de Regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.

9.1.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho.

9.2. Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas ainda:

9.2.1 Autorização de Funcionamento expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

9.2.2 Alvará/Licença de Funcionamento ou outro documento equivalente, expedido(a) pela Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria Municipal da Saúde ou autoridade sanitária competente.

9.2.3 Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação, na forma do § 2.º do art. 32 da Lei n.º 8.666/93, que deverá ser enviada no momento do cadastramento da proposta no site www.gov.br/compras, nos termos sugeridos a seguir: *“(NOME DA EMPRESA), CNPJ/MF, sediada em (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores”*.

9.2.4 Declaração dos representantes legais da licitante quanto ao emprego de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso e insalubre, assim como da utilização de trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos, nos moldes do Decreto 4.358/02 e de acordo com a exigência do inc. V, do art. 27, da Lei 8.666/93, que deverá ser enviada no momento do cadastramento da proposta no site www.gov.br/compras, nos termos sugeridos a seguir: *“(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF, sediada na (ENDEREÇO COMPLETO), em atendimento ao Decreto 4.358/02 e de acordo com a exigência do inc. V, do art. 27, da Lei 8666/93, declara, sob as penas da lei, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, assim como, não se utiliza de trabalho de menores de 16 (dezesesseis) anos”*.

9.2.5 Apresentação, caso a empresa possua certidão positiva de recuperação judicial, de comprovação de que seu pedido de recuperação judicial já foi aprovado e homologado judicialmente, nos termos do art. 58 da Lei nº 11.101/05.

9.3. Caberá ao pregoeiro, se entender necessário, efetuar diligências no sentido de verificar a veracidade ou complementar as informações prestadas nos atestados e documentos apresentados, antes de se manifestar sobre sua aceitação.

9.4. As declarações constantes dos itens acima poderão ser realizadas por manifestação no chat, após indagação a ser formulada pelo Pregoeiro no sistema, mediante registro em ata.

9.5. As licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do SICAF – Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – e estejam acessíveis por meio de consulta *on-line*, e que, na data de abertura desta licitação, estejam perfeitamente válidos.

9.5.1 Caso nos registros cadastrais conste algum documento com prazo de validade vencido, e não seja possível sua consulta pelo pregoeiro em sites oficiais, a licitante deverá encaminhar comprovante idêntico, com o respectivo prazo atualizado, juntamente com a apresentação da proposta de que trata o subitem 8.1.1.

9.5.2 Caso a empresa de melhor proposta se enquadre na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte e apresente alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal, será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a proponente for declarada vencedora, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação fiscal.

9.5.2.1 A prorrogação do prazo previsto no subitem acima deverá ser requerida pelo licitante.

9.5.2.2 Caso a empresa não comprove sua regularização fiscal no prazo estabelecido será caracterizada a decadência do seu direito de contratar.

9.6. O pregoeiro também poderá solicitar que documentos complementares, anexos e certidões sejam anexados no sistema ou enviados por outro meio indicado durante a sessão, concedendo prazo mínimo de 2 (duas) horas para o atendimento da solicitação.

9.6.1 A licitante poderá ser convocada a apresentar documentos e anexos em original ou por cópia autenticada até o prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da solicitação do pregoeiro, na Seção de Compras, na Avenida Anita Garibaldi, 888, 7º andar, Bairro Cabral, Curitiba/Paraná, CEP 80.540-901. No envelope, deverá constar o número do pregão ao qual os documentos se referem. Caso o pregoeiro não se manifeste, não há necessidade de encaminhamento físico desta documentação.

9.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para sua continuidade.

9.8. O pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, consultará os sistemas de registros de sanções do SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, Lista de inidôneos do Tribunal de Contas da União, CEIS - Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas da Controladoria Geral da União, e Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Conselho Nacional de Justiça, visando aferir eventual sanção aplicada à licitante, cujo efeito torne-a proibida de participar deste certame.

9.9. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.10. Na hipótese de a proposta ou de o lance de menor valor não serem aceitos ou se a licitante detentora da melhor proposta desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta ou lance que atenda ao Edital;

9.11. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor preço para o item licitado e cumprir todos os requisitos de habilitação.

9.12. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

X - ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS E IMPUGNAÇÕES

10.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o Edital do Pregão Eletrônico.

10.1.1 Caberá à Seção de Compras instruir a petição e encaminhá-la ao Pregoeiro, para que seja feita a análise e julgamento da impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de seu recebimento.

10.1.2 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

10.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, devendo ser respondidos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da data de seu recebimento.

10.3. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações, referidos nos itens anteriores, deverão ser enviados **exclusivamente por meio eletrônico via internet para edital@jfpr.jus.br**.

10.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no sistema e vincularão os participantes e a administração.

XI - RECURSOS

11.1. Declarados os vencedores, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, a qual será aceita desde que presentes os requisitos de admissibilidade: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação, por parte do licitante.

11.2. Aceita a intenção de recorrer, será concedido à licitante o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a ser contado do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

11.4. O acolhimento de recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

11.5. Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente instruído, à consideração da autoridade competente, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.

XII - DO RECEBIMENTO DA NOTA DE EMPENHO

12.1. Homologada esta licitação pelo Diretor do Foro da Seção Judiciária do Paraná, a Adjudicatária receberá a Nota de Empenho e será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, confirmar o seu recebimento.

12.1.1 A Nota de Empenho será encaminhada por meio eletrônico, devendo seu recebimento ser confirmado pelo mesmo meio;

12.1.2 Como condição para o recebimento da Nota de Empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação;

12.1.3 **A recusa do recebimento da Nota de Empenho no prazo estipulado, sujeitará a Adjudicatária à multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do objeto que lhe foi adjudicado, sem prejuízo das demais sanções estipuladas na Cláusula XIII - Penalidades;**

12.1.4 No caso de a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, recusar-se a receber injustificadamente a Nota de Empenho, as demais licitantes serão chamadas a fazê-lo, na ordem de classificação registrada na ata da sessão de abertura e julgamento da licitação.

12.1.5 Se a licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato do recebimento da Nota de Empenho, será convocada outra licitante, observada a ordem de classificação, para o envio e recebimento da respectiva Nota de Empenho, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis àquelas licitantes que se recusaram a receber tal instrumento, conforme previsto no subitem 12.1.3 acima.

XIII - PENALIDADES

13.1. Sem prejuízo às demais cominações legais e penalidades previstas neste Edital e seus Anexos, ficará impedido de licitar ou contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

13.1.1 Não celebrar o contrato;

13.1.2 Deixar de entregar documentação exigida no edital;

13.1.3 Apresentar documentação falsa;

13.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação;

13.1.5 Não manter a proposta;

13.1.6 Falhar ou fraudar a execução do contrato;

13.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

13.2. A apresentação de produto em desacordo com o especificado no edital e seus anexos será considerada retardamento da realização do certame.

13.3. No caso de não cumprimento de obrigações assumidas em função desta licitação, as Adjudicatárias sujeitar-se-ão às penalidades previstas na Lei 8666/93.

13.4. As penalidades relativas às condições de entrega estão previstas na Cláusula V – Penalidades do Anexo II – Condições de Entrega, Pagamento e Garantia – deste Edital.

13.5. Poderão ser aplicadas, ainda, as penalidades previstas nas Leis 8.666/93, 10.520/02 e legislação complementar.

13.6. As penalidades poderão ser registradas no SICAF, a critério da Administração, exceto nos casos do item 13.1.

13.7. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da lei.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

XIV - RESERVA ORÇAMENTÁRIA

Em sendo contratado o objeto da presente licitação, as despesas dela decorrentes correrão por conta do Programa de Trabalho: 02.061.0033.4257.0001 – Julgamento de Causas na Justiça Federal; Elementos de Despesa: 3390.30.09 - Material Farmacológico, 3390.30.10 - Material Odontológico, 3390.30.22 - Materiais de Limpeza e Produtos de Higienização, 3390.30.28 - Material de Proteção e Segurança, 3390.30.36 - Material Hospitalar.

XV - PAGAMENTO E COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

15.1. As condições de pagamento e compensação financeira relativas a esta licitação estão dispostas nas Cláusulas IV – Pagamento e VI – Compensação Financeira, do Anexo II – Condições de Entrega, Pagamento e Garantia.

XVI - DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. As condições trazidas no Edital e seus Anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, farão parte integrante da Nota de Empenho, independentemente de transcrição.

16.2. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

16.4. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

16.5. As comunicações, intimações, notificações ou solicitações da Administração serão realizadas preferencialmente por e-mail, podendo ainda ser publicadas, feitas pessoalmente ou enviadas pelos correios ou fax para o número ou endereço eletrônico indicados pela licitante na documentação/proposta apresentada. Nos casos em que não houver imediata confirmação do recebimento do e-mail ou fax até o primeiro dia útil seguinte à sua expedição, serão consideradas recebidas pelo destinatário nesse mesmo prazo, para todos os efeitos legais.

16.6. Informações complementares poderão ser obtidas na Seção de Compras e Licitações, na Avenida Anita Garibaldi, 888, 7º andar, Cabral, Curitiba/PR, das 13 às 18 horas, pelo telefone (41) 3210-1454 ou através do e-mail edital@jfpr.jus.br.

XVII - FORO

17.1. Fica eleito o foro da Justiça Federal – Subseção Judiciária de Curitiba – para dirimir questões oriundas desta licitação.

Marilei Berbert Padilha

Supervisora do Setor de Processamento de Licitações



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição imediata de materiais, medicamentos e equipamentos para utilização no consultório odontológico e no ambulatório médico da Seção de Saúde da Justiça Federal do Paraná, a fim de que sejam continuadas as atividades clínicas da área de saúde (atendimento odontológico, atendimento médico de emergência, atendimento de enfermagem, realização de exames periódicos e campanhas de promoção de saúde).

2. CONDIÇÕES DE ENTREGA

2.1 O prazo de entrega é de 20 (vinte) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

2.2 Os materiais perecíveis deverão ser entregues no máximo 04 (quatro) meses após a data de fabricação e com no mínimo um ano de validade após a data de entrega.

2.3 Os materiais deverão ser entregues na Seção de Saúde da Justiça Federal do Paraná, no seguinte endereço: Av. Anita Garibaldi, nº 888, 3º andar, bairro Cabral, Curitiba, Paraná, CEP 80.540-901, aos cuidados do Supervisor da Seção de Saúde ou Supervisora do Setor de Perícias Administrativas.

2.4 Os materiais e medicamentos podem ser acondicionados em embalagens com quantidades diversas das especificadas, desde que o número total unitário seja o mesmo.

2.5 Dúvidas referentes à entrega deverão ser sanadas através do e-mail saude@jfpr.jus.br ou telefone (41) 3210-1513/3210-1510.

LOTE 1 – MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO

Item	Qtde	Unidade	Descrição
1.1	01	Caixa	Absorvente salivar NeoDrys, embalagem com 50 unidades, tamanho grande (azul).
1.2	01	Seringa	Ácido fluorídrico 10%, aspecto físico gel, aplicação odontológica, seringa com 2,5ml, condicionador de resina.
1.3	10	Seringas	Ácido fosfórico gel 37%, aplicação condicionamento dentário, seringa com 2,5ml, cor azul ou verde.
1.4	01	Unidade	Adesivo odontológico Adper Single Bond, frasco 6g.
1.5	02	Caixa	Anestésico local à base de Cloridrato de Mepivacaína (2%) com NOR-ADRENALINA (NOR-EPINEFRINA) 1:100.000, acondicionado em tubetes de cristal de 1,8ml, embalagem com 50 unidades.
1.6	01	Pote	Anestésico tópico para uso odontológico, forma de apresentação em gel, composto por Benzocaína na concentração de 20%, acondicionado em pote de 12g.
1.7	02	Unidade	Barreira gengival fotopolimerizável para isolamento, cor azul, seringa com 3g + ponta aplicadora.
1.8	01	Frasco	Cimento de Fosfato de Zinco para fins odontológicos (cimentação), 1 frasco de pó com 28g, cor clara.
1.9	01	Frasco	Cimento de Fosfato de Zinco para fins odontológicos (cimentação), frasco de líquido 10ml.
1.10	01	Embalagem	Cimento de Hidróxido de Cálcio (Hydro C) para forramento cavitário, uso odontológico, embalagens com uma bisnaga de base com 13g e uma bisnaga de catalisador com 11g para mistura.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

1.11	01	Unidade	Cimento Resinoso Dual RelyX, forma de apresentação pasta-pasta, reposição em formato "clicker" com 4,5g do produto, na cor A3.
1.12	01	Kit	Cimento Resinoso RelyX Temp NE, embalagem com 1 Pasta Base de 30g + 1 Pasta Catalisadora de 13g, bloco de espatulação.
1.13	03	Frasco	Clorexidina para bochecho, solução, concentração de 0,12%, embalagem 1 litro.
1.14	02	Frasco	Flúor tópico acidulado transparente, forma de apresentação em gel, frasco de 200 ml.
1.15	01	Frasco	Hidróxido de Cálcio pó P.A., frasco de 10g.
1.16	01	Kit	Ionômero de Vidro Fotopolimerizável para restauração dentária Vitremer, kit com 1frasco de pó cor A3; 1 frasco de líquido, 1 frasco de primer e 1 frasco de Glazer.
1.17	01	Kit	Ionômero de Vidro Vitrebond, kit: 1 frasco de pó 9g, 1 frasco de líquido 5,5ml, colher dosadora de pó e bloco para espatulação.
1.18	01	Frasco	IRM - Frasco de líquido de IRM (Material Restaurador Intermediário composto por Óxido de Zinco e Eugenol, 15ml.
1.19	01	Frasco	IRM - Frasco de pó de IRM (Material Restaurador Intermediário composto por Óxido de Zinco e Eugenol, cor marfim, 38g.
1.20	10	Unidade	Rolo de algodão de uso odontológico, pacotes com 100 unidades.
1.21	05	Frasco	Soro fisiológico estéril, embalagem com 100ml.
1.22	01	Unidade	Spray congelante (-50°C), frasco 200 ml - Teste de Vitalidade.
1.23	10	Unidades	Sugador cirúrgico descartável esterilizado, em PVC rígido, embalado individualmente.
1.24	01	Unidade	Verniz de Flúor Duraphat, 5%, tubo 10ml.

LOTE 2 – MATERIAL PARA DESFIBRILADOR

Item	Qtde	Unidade	Descrição
2.1	01	Par	Eletrodo para desfibrilador Pads adulto - peel and stick PADS - Philips FR2/FR2 - HeartStart - Recomendado para pacientes 8 anos ou mais de idade, ou acima de 25 kg. Constructed of a thin flexible conductor sandwiched between a protective non-conductive backing and a hydro-gel adhesive, these pads may be used for ECG monitoring, external pacing, synchronized cardioversion and defibrillation. Conductor flexível fino ensanduichado entre um suporte não condutor de proteção e um adesivo de hidro-gel, utilizados para monitorização do ECG, estimulação externa, cardioversão sincronizada e desfibrilação. Soft, flexible and oval shaped, HeartStart Adult Defibrillator Pads conform to the body contours for ample surface contact and adhesion. Macios, flexíveis e de forma oval, desfibrilador.
2.2	01	Par	Eletrodos auto-adesivos para adulto para Desfibrilador Externo Automático (DEA) Life 400 Futura - CMOS Drake.
2.3	01	Par	Eletrodos auto-adesivos para adulto para Desfibrilador Externo Automático (DEA) Futura - CMOS Drake.

LOTE 3 – EPI E MATERIAL PARA DESINFECÇÃO, ANTISSEPISIA E ESTERILIZAÇÃO

Item	Qtde	Unidade	Descrição
3.1	02	Frasco	Água Oxigenada 10 volumes, acondicionada em frasco de 100ml.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

3.2	20	Unidade	Coletor material perfuro-cortante, material papelão, capacidade total 3l, acessórios alças rígidas e tampa, componentes adicionais revestimento interno em polietileno alta densidade, tipo uso descartável.
3.3	06	Embalagem	Detergente enzimático para lavagem de instrumental cirúrgico, composição: Álcool isopropílico, Enzima do grupo das Amilases, Proteases, Lipases, Carbohidrase, embalagem com 200ml.
3.4	20	Unidade	Esponja dupla face (amarela/verde) para limpeza geral.
3.5	01	Litro	Hipoclorito de sódio 1% frasco de 1 litro.
3.6	03	Caixa	Indicador biológico para monitorização de ciclo de esterilização em autoclave, compatível com mini-incubadora, caixa com 10 unidades.
3.7	30	Unidade	Luva Cirúrgica Estéril tamanho 7,5.
3.8	10	Caixa	Luvax de látex para procedimento não cirúrgico, ambidestras, tamanho EXTRAPEQUENO, entalcadas. Devem possuir Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego e registro na ANVISA. Caixa com 100 unidades.
3.9	20	Caixa	Luvax de látex para procedimento não cirúrgico, ambidestras, tamanho PEQUENO, entalcadas. Devem possuir Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego e registro na ANVISA. Caixa com 100 unidades.
3.10	01	Unidade	Suporte metálico para coletor de perfuro-cortante de 3 litros.

LOTE 4 – MATERIAL PARA DENTÍSTICA

Item	Qtde	Unidade	Descrição
4.1	10	Unidade	Broca carbide para alta rotação nº 04.
4.2	10	Unidade	Broca carbide para alta rotação nº 06.
4.3	10	Unidade	Broca para baixa rotação nº 04.
4.4	10	Unidade	Broca para baixa rotação nº 06.
4.5	01	Kit	Discos de polimento dentário Sof-Lex Pop-on, 120 unidades, Série Laranja, para superfícies livres, incluindo abrasivos: grosso, médio, fino e superfino, diâmetros de ½", fixação "pop-on" em mandril RA para contra ângulo".
4.6	10	Unidade	Espelho bucal primeiro plano (front surface) nº 05 em inox
4.7	02	Unidade	Foice McCall para periodontia em aço inox, autoclavável, modelo 10-1.
4.8	05	Unidade	Ponta diamantada para alta rotação nº 1014.
4.9	05	Unidade	Ponta diamantada para alta rotação nº 1016.
4.10	15	Unidade	Ponta diamantada para alta rotação nº 1112FF.
4.11	05	Unidade	Ponta diamantada para alta rotação nº 3168FF.
4.12	01	Seringa	Resina Composta Charisma Diamond nano-híbrida universal, seringas de 4g cada da cor Esmalte A2.
4.13	01	Seringa	Resina Composta Charisma Diamond nano-híbrida universal, seringas de 4g cada da cor Dentina OM.
4.14	01	Seringa	Resina Composta Charisma , seringas de 4g cada da cor A1.
4.15	01	Seringa	Resina Composta Charisma, seringas de 4g cada da cor A2.
4.16	01	Seringa	Resina Composta Charisma, seringas de 4g cada da cor A3.
4.17	01	Seringa	Resina Composta Charisma, seringas de 4g cada da cor A3.5.
4.18	01	Seringa	Resina Composta Charisma, seringas de 4g cada da cor OA3.5.
4.19	01	Seringa	Resina Composta de Micropartículas Durafill VS, seringas de 4g cada da cor A1.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

4.20	01	Seringa	Resina Composta de Micropartículas Durafill VS, seringas de 4g cada da cor A2.
4.21	01	Seringa	Resina Composta de Micropartículas Durafill VS, seringas de 4g cada da cor A3.
4.22	01	Seringa	Resina Composta de Micropartículas Durafill VS, seringas de 4g cada da cor A3.5.
4.23	01	Seringa	Resina Composta de Micropartículas Durafill VS, seringas de 4g cada da cor C2.
4.24	01	Seringa	Resina Composta de Micropartículas Durafill VS, seringas de 4g cada da cor SL.
4.25	01	Seringa	Resina Composta Ivoclar Empress Direct Dentina, seringas de 3g cada da cor A3.

LOTE 5 – MATERIAL PARA AMBULATÓRIO MÉDICO

Item	Qtde	Unidade	Descrição
5.1	05	Pacote	Absorvente higiênico, tipo normal sem abas, formato tradicional, apresentação externa embalados individualmente – embalagem 8 unidades.
5.2	01	Caixa	Agulha descartável, material tubo aço inoxidável, número 13 x 4,5, aplicação c/ protetor plástico, ident. cor universal, tipo hipodérmica, tipo bisel curto, trifacetado, com paredes finas, esterilidade estéril, descartável, atóxica, siliconizada – caixa com 100 unidades.
5.3	01	Caixa	Agulha descartável, material tubo aço inoxidável, número 25 x 7, aplicação c/ protetor plástico, ident. cor universal, tipo hipodérmica, tipo bisel curto, trifacetado, com paredes finas, esterilidade estéril, descartável, atóxica, siliconizada – caixa com 100 unidades.
5.4	01	Caixa	Agulha descartável, material tubo aço inoxidável, número 30 x 8, aplicação c/ protetor plástico, ident. cor universal, tipo hipodérmica, tipo bisel curto, trifacetado, com paredes finas, esterilidade estéril, descartável, atóxica, siliconizada – caixa com 20 unidades.
5.5	01	Caixa	Agulha descartável, material tubo aço inoxidável, número 40 x 12, aplicação c/ protetor plástico, ident. cor universal, tipo hipodérmica, tipo bisel curto, trifacetado, com paredes finas, esterilidade estéril, descartável, atóxica, siliconizada – caixa com 50 unidades.
5.6	01	Caixa	Álcool Swabs - caixa com 100 unidades (recipiente, tipo sachê, aplicação assepsia da pele, material falso tecido embebido em álcool à 70%).
5.7	5	Unidade	Atadura, material crepom, 100% algodão, largura 10, comprimento 180, tipo em repouso, quantidade fios 13, tipo embalagem individual.
5.8	5	Unidade	Atadura, material crepom, 100% algodão, largura 6, comprimento 180, tipo em repouso, quantidade fios 13, tipo embalagem individual.
5.9	05	Unidade	Bolsa Térmica para alívio de dor, conteúdo Termogel não tóxico, reutilizável, uso quente ou gelada.
5.10	02	Unidade	Braçadeira para Esfigmomanômetro. Tamanho Adulto, em Nylon com fecho de Velcro e manguito dois tubos, 18 a 35cm.
5.11	10	Unidade	Cateter intravenoso, material vialon ou poliuretano, calibre 22 g X 0,75", aplicação periférico, características adicionais siliconizado, câmara refluxo, tampa protetora, tipo uso descartável,



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

			esterilidade estéril, tipo radiopaco, componentes ag. aço inox, bisel curto, trifacetado – unidade.
5.12	03	Caixa	Curativo transparente, material poliuretano, largura 2cm, comprimento 7cm, características adicionais com compressa absorvente e recoberto adesivo, aplicação pequenos ferimentos – caixa com 40 unidades.
5.13	01	Caixa	Curativo adesivo, tipo redondo, características adicionais com compressa absorvente e recoberto adesivo, diâmetro 2 a 3 cm – caixa com 500 unidades.
5.14	10	Unidade	Equipo extensores multivias polifix – 2 vias – estéril, atóxico, apirogênico, descartável.
5.15	10	Unidade	Equipo soro, aplicação para infusão venosa, material pvc cristal, comprimento 150, com injetor lateral c/látex autocicatrizante, tipo uso pinça rolete alta precisão, características adicionais câmara de gotejamento flexível, esterilidade atóxico, apirogênico, descartável e estéril, componentes ponta perfurante, tampa protetora.
5.16	02	Unidade	Esparadrapo, largura 25mm, comprimento 4,50m, características adicionais impermeável 1 face, massa adesiva, resistente, cor branca, material dorso tecido de algodão.
5.17	02	Unidade	Esparadrapo, largura 50mm, comprimento 4,50m, características adicionais impermeável 1 face, massa adesiva, resistente, cor branca, material dorso tecido de algodão.
5.18	02	Unidade	Fita adesiva micropore, tipo cirúrgica, material poliéster, cor da pele, largura 50mm, comprimento 10m, tipo adesivo c/ adesivo acrílico hipoalergênico.
5.19	02	Unidade	Fita adesiva micropore, tipo cirúrgica, material poliéster, cor da pele, largura 25mm, comprimento 10m, tipo adesivo c/ adesivo acrílico hipoalergênico.
5.20	02	Frasco	Gel condutor para eletrocardiografia - frasco 100ml ou 100g.
5.21	02	Kit	Aparelho portátil para medir glicemia capilar, portátil, com visor iluminado, Kit com aparelho, tiras-teste e lancetador.
5.22	01	Caixa	Lanceta uso médico, material lâmina aço inoxidável, ponta afiada, trifacetada, uso descartável, características adicionais estéril, embalagem individual, tipo com sistema retrátil – caixa com 100 unidades.
5.23	05	Kit	Máscara atóxica confeccionada em plástico transparente para Aparelho para Inalação e tubo de ar, tamanho adulto.
5.24	50	Unidade	Seringa, material polipropileno transparente (plástico), capacidade 3, características adicionais c/agulha, êmbolo c/ ponta de borracha siliconizada, graduação graduação firme e perfeitamente legível, tipo uso descartável, estéril.
5.25	50	Unidade	Seringa, material polipropileno transparente (plástico), capacidade 5, características adicionais c/agulha, êmbolo c/ ponta de borracha siliconizada, graduação graduação firme e perfeitamente legível, tipo uso descartável, estéril.
5.26	20	Unidade	Seringa, material polipropileno transparente (plástico), capacidade 10, características adicionais c/agulha, êmbolo c/ ponta de borracha siliconizada, graduação graduação firme e perfeitamente legível, tipo uso descartável, estéril.
5.27	20	Unidade	Seringa, material polipropileno transparente (plástico), capacidade 20, características adicionais c/agulha, êmbolo c/ ponta de borracha siliconizada, graduação graduação firme e perfeitamente legível, tipo uso descartável, estéril.
5.28	01	Unidade	Sonda/tubo endotraqueal com balão nº 7, estéril, descartável.
5.29	01	Unidade	Sonda/tubo endotraqueal com balão nº 8, estéril, descartável.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

LOTE 6 – FILTRO PARA PURIFICADOR DE AR

Item	Qtde	Unidade	Descrição
6.1	12	Unidade	Filtro HEPA nível H13 para Purificador de Ar Green Air 7 Estágios H13 Max.
6.2	12	Unidade	Filtro de Carvão Ativado para Purificador de Ar Green Air 7 Estágios H13 Max.
6.3	12	Unidade	Lâmpada UVC Germicida p/ Purificador Green Air H13 MaX, comprimento de onda de 254 nanômetros .

LOTE 7 – MEDICAMENTOS INJETÁVEIS E NUTRIÇÃO PARENTERAL

Item	Qtde	Unidade	Descrição	Referência
8.1	05	Ampola	Adrenalina / Epinefrina, dosagem 1mg/ml, uso solução injetável – ampola 1 ml.	
8.2	30	Ampola	Água destilada, aspecto físico bidestilada, estéril, apirogênica – frasco - ampola de 10ml.	
8.3	06	Ampola	Cetoprofeno, concentração 100 mg/2ml, solução injetável – ampola 2ml.	Profenid Injetável
8.4	10	Bolsa/Frasco	Cloreto de sódio, princípio ativo 0,9%_ solução injetável – bolsa/frasco de 100ml.	
8.5	20	Ampola	Cloreto de sódio, princípio ativo 0,9%_ solução injetável – bolsa/frasco de 10ml.	
8.6	05	Ampola	Dexametasona, dosagem 2mg/ml - solução injetável - ampolas de 1 ml.	
8.7	10	Ampola	Dipirona - dosagem 500mg/ml - solução injetável - ampola 2ml.	Novalgina injetável
8.8	05	Ampola	Furosemida injetável.	Lasix
8.9	10	Ampola	Glicose, concentração 25%, indicação solução injetável – ampola 10ml.	
8.10	10	Bolsa/Frasco	Glicose, concentração 5%, indicação solução injetável – bolsa/frasco de 100ml.	
8.11	10	Ampola	Glicose, concentração 50%, indicação solução injetável – frasco 10ml.	
8.12	05	Ampola	Meloxicam, concentração 15 mg, apresentação solução injetável – ampola de 1,5ml.	Movatec
8.13	05	Ampola	Metoclopramida cloridrato, dosagem 5 mg/ml, apresentação solução injetável – ampola 2 ml.	Plasil injetável
8.14	05	Ampola	Prometazina cloridrato, dosagem 50 mg – ampola de 2 ml.	Fenergan injetável

Allan Berno Carvalho
Supervisor da Seção de Saúde



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

ANEXO II – CONDIÇÕES DE ENTREGA, PAGAMENTO E GARANTIA

I. DA VINCULAÇÃO

1.1. A fornecedora do objeto oriundo do Pregão Eletrônico n.º 025/22 vincula-se pelo que foi solicitado pela Administração no edital, bem como pela proposta e lances por ela apresentados quando da abertura da referida licitação.

II. DOS PRAZOS

2.1. Prazo de entrega: 20 (vinte) dias contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.

2.2. Prazo de validade: Os materiais perecíveis deverão ser entregues no máximo 04 (quatro) meses após a data de fabricação e com no mínimo um ano de validade após a data de entrega.

III. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

3.1. O recebimento do objeto desta licitação será feito pela Seção de Saúde, **mediante agendamento prévio pela Adjudicatária através dos telefones (41) 3210-1513 / 3210-1510 ou e-mail saude@jfpr.jus.br**, os quais verificarão se o objeto entregue está de acordo com as especificações e condições contidas no Edital e com a proposta apresentada pela Adjudicatária.

3.2. Os materiais deverão ser entregues na Seção de Saúde da Justiça Federal do Paraná, no seguinte endereço: Av. Anita Garibaldi, nº 888, 3º andar, bairro Cabral, Curitiba, Paraná, CEP 80.540-901, aos cuidados do Supervisor da Seção de Saúde ou Supervisora do Setor de Perícias Administrativas.

3.3. A entrega do material deverá ser realizada entre 13 e 18 horas, a não ser que outro horário seja acordado pelas partes.

3.4. Por ocasião da entrega será emitido pela Justiça Federal, um recibo provisório, de acordo com o disposto no artigo 73, II, alínea “a” da Lei 8.666/93.

3.5. Caso os materiais entregues sejam divergentes das descrições contidas no edital ou da proposta da Adjudicatária, os servidores deverão recusá-lo, incidindo a Adjudicatária na penalidade aplicável, conforme previsto no Edital;

3.6. Caso seja de interesse administrativo, a critério dos servidores encarregados do recebimento do objeto da licitação, poderá ser possibilitada à Adjudicatária nova oportunidade de entrega do material escoimado dos vícios e incompatibilidades apresentados em face do Instrumento Convocatório e seus Anexos.

3.7. Sendo possibilitada a nova oportunidade referida no subitem anterior, a Adjudicatária disporá do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação de tal oportunidade, para efetuar a entrega.

3.8. Em caso de nova entrega efetuada pela empresa Adjudicatária, novamente será emitido termo de recebimento provisório e a JUSTIÇA FEDERAL disporá do prazo de 10 (dez) dias para análise do material;

3.9. Caso os servidores da JUSTIÇA FEDERAL encarregados do recebimento do material verifiquem a sua perfeita compatibilidade com as exigências do edital e com a proposta apresentada quando da licitação, atestarão o recebimento definitivo e cumprimento das obrigações por parte da Adjudicatária, na nota fiscal apresentada pela empresa.

IV. DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

atesto da nota fiscal/fatura, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada, conforme disposto no artigo 40, XIV, "a", da Lei 8.666, de 1993;

4.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

4.3. As notas fiscais deverão ser encaminhadas para a Seção de Saúde, localizada no endereço citado no item 3.2 deste Anexo, atendendo obrigatoriamente os seguintes requisitos:

4.3.1. Conter o nome do banco, agência e conta corrente para depósito. A conta corrente obrigatoriamente deverá ser da própria Adjudicatária.

4.3.2. Conter o mesmo CNPJ que o constante dos documentos apresentados para a licitação;

4.4. O pagamento somente ocorrerá depois de atestada, pela Justiça Federal, a conformidade dos materiais recebidos com aqueles que foram exigidos neste edital.

4.5. Por época do pagamento será retido na fonte o imposto sobre a renda de pessoa jurídica (IRPJ), a contribuição sobre o lucro líquido (CSLL), a contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS) e a contribuição para o PIS/PASEP, conforme dispõe a IN nº 1.234/2012, da Secretaria da Receita Federal, de 12 de Janeiro de 2012, e suas alterações posteriores. Essa retenção, no entanto, não recai sobre pessoas jurídicas que optarem pelo SIMPLES.

4.5.1. Para efeito do disposto no subitem anterior, a opção pelo SIMPLES deverá ser demonstrada mediante apresentação do termo de opção ou da ficha cadastral, ambos de competência da Receita Federal e declaração na forma do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 1.234/12, de 12 de janeiro de 2012, assinadas pelo seu representante legal.

4.6. Previamente à realização de todo e qualquer pagamento, será verificada pela CONTRATANTE documentação comprovante do cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias da CONTRATADA, especialmente no que diz respeito aos seguintes documentos:

4.6.1. Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, que abrange também a Certidão Negativa de Débito - INSS (conforme Portaria nº 358/MF de 5 de setembro de 2014), emitida pela Secretaria da Receita Federal;

4.6.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho.

4.6.3. Comprovante de quitação com débitos decorrentes do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Situação - FGTS;

4.7. A regularidade de que tratam os subitens acima poderá ser verificada por meio de consulta *on-line* no SICAF, cabendo à Adjudicatária a devida atualização no Sistema; ou mediante apresentação de cópia das respectivas certidões.

4.8. A irregularidade para com qualquer dos itens relacionados no item 4.6 ou a não apresentação das certidões que comprovem a situação de regularidade, quando solicitada pela Justiça Federal por qualquer meio idôneo, caracterizará descumprimento de obrigação acessória, tal como previsto nos itens 5.4 e 5.4.1 deste Termo.

4.9. Por ocasião do pagamento, poderá haver retenção de crédito referente ao ressarcimento de eventuais danos provocados pela Adjudicatária, correspondentes ao prejuízo sofrido pela Administração ou multas (principais ou acessórias) que porventura vierem a ser aplicadas à Adjudicatária.

V. DAS PENALIDADES

5.1. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas em função da execução do objeto desta licitação, a Adjudicatária sujeitar-se-á às penalidades de:

5.1.1. Advertência;



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

5.1.2. Suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com a Justiça Federal – Seção Judiciária do Paraná

5.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública

5.1.4. Multas pecuniárias,

5.2. A total inexecução dos compromissos assumidos em função da presente licitação sujeitará a Adjudicatária à **multa de 30% (trinta por cento)** sobre o valor total de cada item inadimplido que lhe foi adjudicado, atualizado à data do inadimplemento, adotando-se como índice de variação o IPC-FIPE.

5.3. A inexecução parcial dos compromissos assumidos em função da presente licitação sujeitará a Adjudicatária à **multa de até 20% (vinte por cento)** sobre o valor da parcela inadimplida.

5.4. Pelo descumprimento de obrigações acessórias, tais como a não apresentação de quaisquer dos documentos atinentes à entrega e/ou execução do objeto, será cominada **multa de 1% (um por cento)**, calculada sobre o valor da nota de empenho inadimplida.

5.4.1. Pela não apresentação de documentos comprobatórios da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista (Receita Federal, INSS, FGTS e CNDT), **multa de 5% (cinco por cento)**, aplicável sobre a parcela inadimplida;

5.5. A Administração poderá reter, provisoriamente, valores correspondentes a eventuais multas no decorrer do procedimento instaurado para aplicação de penalidades;

5.6. Na aplicação das sanções previstas neste contrato, a Administração considerará, motivadamente, as razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes da Adjudicatária, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o art. 87, "caput", da Lei n.º 8.666/1993;

5.7. As multas cominadas à Adjudicatária poderão ser, a critério da Administração, descontadas dos pagamentos devidos e imediatamente convertidas em renda da União;

5.8. A Adjudicatária será notificada de quaisquer penalidades que lhe venham a ser aplicadas em decorrência de infringência das condições contidas neste instrumento.

5.9. Poderão ser aplicadas, ainda, as penalidades previstas na Cláusula XIII - Penalidades – do Edital de Pregão Eletrônico n.º 025/22, no artigo 7º da Lei nº 10.520 e nas demais disposições da Lei n.º 8.666/93 e legislação complementar.

Da Mora

5.10. Ocorrendo atraso na entrega do objeto, será aplicada **multa de 1% (um por cento)**, por dia de atraso, calculada sobre os aludidos dias e com base no valor total da quantidade solicitada, observado o limite de 10% (dez por cento) sendo que o atraso superior a 10 (dez) dias poderá caracterizar o descumprimento total da obrigação assumida, a critério da Justiça Federal;

5.11. No caso de a Adjudicatária prever atraso na entrega do material, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo (de acordo com o § 1º, art. 57, da Lei 8.666/93) e prova documental da alegação.

5.11.1. O pedido de prorrogação, enquanto não analisado, não suspende ou interrompe o prazo de execução do contrato.

5.12. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação da penalidade prevista no item 5.10 realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e ampla defesa à Adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666 de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784 de 1999.

VI. DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

6.1. Em caso de atraso na emissão da Ordem Bancária, por parte da Justiça Federal, em favor



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

da Adjudicatária, esta terá direito ao pagamento, acrescido da variação do IPC-FIPE, desde a data prevista para o pagamento da parcela até a data do efetivo pagamento, desde que requerido pela interessada, consoante o disposto no Art. 40, inc. XIV, Alínea d, da Lei 8.666/93.

VII. DA RESPONSABILIDADE CIVIL

7.1. A Adjudicatária assume total responsabilidade por qualquer dano pessoal e/ou material que seus empregados ou prepostos venham a causar aos servidores e/ou patrimônio da Justiça Federal, a terceiros e/ou ao patrimônio de terceiros, quando da execução do objeto desta licitação.

7.2. A Justiça Federal estipulará o prazo para reparação do(s) dano(s) causado(s), quando cabível.

VIII. DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Todas as comunicações, solicitações, notificações ou intimações da Administração decorrentes desta contratação, serão feitas pessoalmente ou encaminhadas via e-mail, para o endereço eletrônico indicado pela CONTRATADA, especificado na proposta comercial apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência, quando feita pessoalmente, ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica.

8.2. Fica eleito o foro da Justiça Federal – Subseção Judiciária de Curitiba para dirimir questões oriundas desta Contratação.



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

ANEXO III-A e III-B – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL
(documentos .xls apartados)



JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

ANEXO IV-A e IV-B – ESTIMATIVA DE CUSTOS
(documentos .xls apartados)